

livro sistematiza pesquisas e relatos de experiências sobre políticas de educação e inclusão social, sendo organizado a partir de dois eixos temáticos que tematizam questões políticas, epistemológicas e teórico-metodológicas sobre educação especial, questões étnico-raciais e de gênero. A primeira parte – Educação especial: história, políticas públicas e questões pedagógicas – ao centrar-se em questões históricas e diálogos em memórias de educadores e histórias de instituições educacionais que se debruçaram sobre a temática da educação especial e das políticas de educação inclusiva, apresentam análises diversas sobre práticas pedagógicas e programas de ensino voltados para a educação especial em suas diferentes formas de atendimento especializado para uma população que historicamente foi excluída do processo de escolarização regular. A segunda parte – Educação, questões étnico-raciais e de gênero: memória e políticas de resistência – enfoca aspectos em diálogo com a legislação, questões históricas, na vertente da educação especial e as questões raciais e de gênero. Os textos que compõem este eixo temático discutem questões conjunturais, sociais e históricas sobre gênero e igualdade de direitos, preconceito, discriminação, políticas de inclusão e negação do acesso à escola que persistem ao longo da história, abrindo caminhos diversos para outras sínteses possíveis a respeito da educação na contemporaneidade, em articulação com análises documentais, legislações, prática pedagógica, políticas de atendimento e direito à educação, para crianças, jovens e adultos em nosso país.

Organização:

**anped**

Financiamento:

**SECADI** Secretaria de Educação Continuada,  
Alfabetização, Diversidade e Inclusão



VOL.  
2

DOCUMENTAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:  
EDUCAÇÃO ESPECIAL, QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Vera Lucia Jacob Chaves  
Elizeu Clementino de Souza  
Organizadores

# DOCUMENTAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: EDUCAÇÃO ESPECIAL, QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

VOLUME 2



**Diretoria - Biênio 2015-2017**

Gestão "Resistência e Movimento"

**Presidente:**

Andréa Barbosa Gouveia – UFPR

**Vice-Presidentes:**

**Região Norte**

Vera Lucia Jacob Chaves – UFPA

**Região Nordeste**

Isabel Maria Sabino de Farias – UECE

**Região Centro-Oeste**

Maria Dilneia Espindola Fernandes – UFMS

**Região Sudeste**

Carlos Eduardo Ferraço – UFES

**Região Sul**

Geovana Mendonça Lunardi Mendes – UDESC

**Primeiro Secretário:**

Paulo Cesar Rodrigues Carrano – UFF

**Segunda Secretária:**

Miriam Fábila Alves – UFG

**Diretor Financeiro:**

Mário Luiz Neves de Azevedo – UEM

**Conselho Fiscal:**

**Titulares:**

Alfredo Macedo Gomes – UFPE

Inês Barbosa de Oliveira – UERJ

Márcia dos Santos Ferreira – UFMT

**Suplentes:**

José Marcelino Rezende Pinto – USP

Ivanilde Apoluceno de Oliveira – UEPA

Geraldo Magela Pereira Leão – UFMG

**Secretaria da ANPEd**

Cleide Litiman

Roberto Moreno

Roseane Maria de Medeiros Affonso

Simone Barbosa Farias

**Conselho Editorial**

Aida Maria Monteiro Silva – UFPE

Anderson Ferrari – UFJF

Ângelo Ricardo de Souza – UFPR

Arminda Rachel Botelho Mourão – UFAM

Delcele Mascarenhas Queiroz – UNEB

Denise Meyrelles de Jesus – UFES

Elizeu Clementino de Souza – UNEB

Eliane Ribeiro Andrade – UNIRIO

Laura Cristina Vieira Pizzi – UFAL

Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino – UERJ

Mário Luiz Neves de Azevedo – UEM

Mônica Castagna Molina – UNB

Mônica Dias Peregrino Ferreira – UNIRIO

Sônia Maria da Silva Araújo – UFPA

Vera Lúcia Jacob Chaves – UFPA

**Revisão Textual**

Cida Ferraz

**Editoração, Impressão e Acabamento**

Gráfica e Editora Copiart Ltda – EPP

**Organização**

ANPEd

**Financiamento**

MEC/SECADI

VERA LUCIA JACOB CHAVES  
ELIZEU CLEMENTINO DE SOUZA  
(Organizadores)

**DOCUMENTAÇÃO, MEMÓRIA  
E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:  
educação especial, questões étnico-raciais e de gênero**

Volume 2

GRÁFICA  
**Copiart**  
EDITORA

TUBARÃO - SC  
2016

D637 Documentação, memória e história da educação no Brasil : educação especial, questões étnico-raciais e de gênero : volume 2 / Vera Lúcia Jacob Chaves, Elizeu Clementino de Souza (organizadores). – 1. ed. – Tubarão : Copiart, 2016.  
326 p. ; fotos

Inclui referências  
ISBN: 978-85-8388-072-1

1. Educação – Brasil – História. 2. Educação especial. 3. Políticas Públicas. 4. Relações de gênero. 5. Educação étnico-racial. I. Chaves, Vera Lúcia Jacob. II. Souza, Elizeu Clementino de.

CDU: 37

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

## SUMÁRIO

PREFÁCIO 09

### Apresentação

DIÁLOGOS INICIAIS SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL:  
interfaces entre documentação, memória e história da Educação no Brasil 13

Vera Lucia Jacob Chaves  
Elizeu Clementino de Souza

### Educação especial: história, políticas públicas e questões pedagógicas

A ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES  
RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA PARAENSE 23

Ana Paula C. S. Fernandes  
Katia Regina Moreno Caiado

OS PROGRAMAS “ALFA E BETO” E PNAIC EM MATO GROSSO DO  
SUL E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 47

Sandra Novais Sousa  
Eliane Greice Davanço Nogueira

“MEMÓRIAS E HISTÓRIA” DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO  
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS 73

Nesdete Mesquita Corrêa  
Celi Corrêa Neres



HISTÓRIAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO CARLOS NAS FOLHAS DO JORNAL LOCAL: 1988-2007	97
<i>Enicéia Gonçalves Mendes</i>	
<i>Keisyani da Silva Santos</i>	
<i>Sabrina Mazo D'Affonseca</i>	
EDUCAÇÃO ESPECIAL, CURRÍCULO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	117
<i>Clarissa Haas</i>	
<i>Claudio Roberto Baptista</i>	
<b>Educação, questões étnico-raciais e de gênero: memória e políticas de resistência</b>	
DEMARCADORES DE GÊNERO: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	139
<i>Neil Franco</i>	
<i>Graça Aparecida Cicillini</i>	
<i>Nilce Vieira Campos Ferreira</i>	
O DESAFIO DE CRIAR NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO INTERIOR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST: O ASSENTAMENTO DO CONTESTADO (LAPA-PR)	165
<i>Claudia Pereira de Pádua Sabia</i>	
<i>Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo</i>	
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL AFRO-BRASILEIRO, MEMÓRIAS NEGRAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	189
<i>Maria Angélica Zubaran</i>	
<i>Juliana Ribeiro de Vargas</i>	
OS PARQUES INFANTIS, AS PESQUISAS DO PROJETO UNESCO E AS RELAÇÕES RACIAIS ENTRE CRIANÇAS NA CIDADE DE SÃO PAULO	209
<i>Ana Cristina Juvenal da Cruz</i>	
<i>Anete Abramowicz</i>	
<i>Tatiane C. Rodrigues</i>	

AS DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	229
<i>Joana Célia dos Passos</i>	
AÇÃO EDUCATIVA DO MUSEU AFRO BRASIL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	251
<i>Isla Andrade Pereira de Matos</i>	
<i>Artur José Renda Vitorino</i>	
A LEI 10.639/03 E SUAS MANIFESTAÇÕES (E OMISSÕES) NO ENSINO DE ARTE, LITERATURA E HISTÓRIA DO BRASIL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE MATERIAL DIDÁTICO DE SANTO ANDRÉ – SP DE 2010 A 2012	279
<i>Regina Maria da Silva</i>	
AS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DOS AFRO-BRASILEIROS: ENTRE AS INJUSTIÇAS HISTÓRICAS E AS LUTAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO	303
<i>Sérgio Pereira dos Santos</i>	
<i>Ivone Martins de Oliveira</i>	
<i>Hiran Pinel</i>	

## "MEMÓRIAS E HISTÓRIA" DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS

Nesdete Mesquita Corrêa<sup>1</sup>  
Celi Corrêa Neres<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do empenho de duas pesquisadoras que há alguns anos vêm se dedicando ao estudo da educação especial no estado de Mato Grosso do Sul (MS), com a discussão de diferentes temas nesse campo (CORRÊA, 2000; NERES, 2001; CORRÊA, 2005a; NERES, 2009; CORRÊA, 2010; NERES; SCHARTH, 2013; SILVA; CORRÊA, 2011, CORRÊA; PACCINI, 2013; SOUZA; NERES, 2014, entre outros). No escopo desses estudos, a história da educação especial em Campo Grande, capital do MS, tem se constituído como parte integrante dessas investigações (OLIVEIRA; CORRÊA; KASSAR, 2004; CORRÊA, 2005b; 2012;<sup>3</sup> NERES, 2010; CORRÊA; NERES, 2010; MACIEL; NERES, 2013), e, mais recentemente, parte dessa produção advém do desenvolvimento e orientação de projetos de pesquisa, no âmbito de dois Programas *Stricto sensu* em Educação, de universidades públicas, nesse estado.

A relação das autoras com os estudos no campo da educação especial originaram-se em época anterior ao exercício docente na educação superior e na pós-graduação, quando de sua atuação profissional, entre meados dos anos de 1990 e início dos anos 2000, nos setores responsáveis pelos serviços da educação especial, nas redes municipal e estadual de ensino em Campo Grande. Naquela ocasião, a ausência de publicações disponíveis sobre o tema, levou à investigação sobre a educação especial na

1 Doutora em Educação. Docente do PPGE/CPAN/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS/ Campus do Pantanal, em Corumbá, e docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCHS/UFMS, em Campo Grande. e-mail: nesdetemesquita@gmail.com.

2 Doutora em Educação. Docente do PPGE/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/Uems e do Curso de Pedagogia da Uems, Unidade de Campo Grande. e-mail: c.neres@uol.com.br.

3 Pesquisa desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.



rede municipal de ensino, em Campo Grande (CORRÊA, 2005b), tornando-se, a partir de então, uma referência para a elaboração de outras pesquisas.

Assim, este estudo buscou conhecer, descrever e analisar, a trajetória da educação especial no referido município, da sua implantação aos dias atuais. Tal intento visa contribuir para a constituição de fontes/registros de pesquisa e para a difusão de conhecimento sobre a política local de educação especial, no contexto do movimento de “inclusão escolar” em curso.

Para tanto, recorreu-se a fontes primárias e secundárias, pautando-se no que afirma Lombardi e Nascimento (2004) de que não é possível o entendimento dos objetos de investigação sem as fontes. Considera-se também o fato de que as fontes constituem-se em instrumentos de fundamental importância para o conhecimento e a reconstrução de uma história, tornando-se ferramenta histórica para o registro das atividades das instituições educacionais e a funcionalidade dos sistemas educativos. Sendo assim, tudo o que expressar a relação entre os homens, regulamentos, atas, fotos ou relatórios, que digam algo sobre seus princípios e normas, pode ser objeto de pesquisa.

Neste estudo, utiliza-se um conceito ampliado de fontes como tudo aquilo que expressa as relações entre os homens e pode se constituir em objeto para a pesquisa. Ainda, entende-se por fonte, um documento, um fato, vestígio ou indício, que foram produzidos pelos homens no decurso de sua história. Entre esses objetos, situações destacadas só incorporam estatuto de fonte quando, diante de um pesquisador, possibilitarem responder a questões de pesquisa que emergem em uma investigação. Para Saviani (2006, p. 29-30):

[...] é preciso considerar que, a rigor, a palavra fonte é usada em história com sentido analógico. Com efeito, não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

Partindo desse princípio, a realização deste estudo se valeu dos trabalhos produzidos por Corrêa (2005b, 2012), Neres (2010) e Maciel (2015), que registram o início e o percurso, em diferentes momentos, da educação especial em Campo Grande. Esses trabalhos são constituídos por (a) depoimentos orais de gestores e educadores que participaram da implantação dos serviços de educação especial no município de Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul, escolhidos por sua atuação em cargos que favoreceram as tomadas de decisões na construção da história da educação especial nesse estado e município; e (b) levantamento de fontes primárias na Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (Semed).

Cumprir destacar que tivemos o consentimento para divulgar os nomes de alguns dos participantes que contribuíram para o registro da “memória” da educação especial em Campo Grande: a Prof<sup>a</sup>. Shirley Vilhalva, do Centro de Atendimento ao Deficiente da Audio-Comunicação (Ceada) e a Prof<sup>a</sup>. Maria Raquel Del Valle, da Secretaria Municipal de Educação (Semed), por considerarem-se participantes da história da educação especial no município de Campo Grande.

No desenvolvimento deste estudo, buscou-se, na articulação com a política nacional da educação especial, analisar o processo da implantação e o oferecimento dos serviços da educação especial para estudantes com deficiência, matriculados na educação básica do sistema municipal de ensino.

As fontes consultadas revelam que, desde a década de 1930, existem publicações de informativos<sup>4</sup> da cidade de Campo Grande com dados sobre a atuação do poder público municipal no oferecimento da educação, seja nas escolas municipais, seja nas escolas subvencionadas pela prefeitura.

Registra-se que, em 1948, foi criada a Seção de Educação e Assistência Educacional de Campo Grande, passando a funcionar o primeiro setor da Prefeitura Municipal para tratar dos assuntos referentes à educação (ENCISO, 2003, p. 35).

Na mesma direção da política adotada em outras regiões brasileiras, a partir de 1959, a educação municipal passou a ser vinculada à saúde, quando foi criada a Secretaria de Educação e Saúde do município de Campo Grande, no então estado de Mato Grosso, à qual competia planejar e executar os serviços municipais de educação e cultura, saúde e assistência social.

Somente a partir de 1964, foram definidas as atribuições da educação, no âmbito municipal, com a criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec), que tinha como competência a coordenação da Rede Escolar mediante a lotação de funcionários e da assistência material às escolas. Em 1970, a estrutura da Semec foi revista, com a implantação de serviços de coordenação das ações educativas das escolas municipais.

Nos anos de 1970, “[...] enquanto a maioria das capitais brasileiras não se incumbia de oferecer ensino fundamental, deixando-o a cargo do governo estadual, Campo Grande vinha mantendo as suas escolas de oito anos obrigatórios antes de se tornar capital” (BITTAR; FERREIRA, 1999, p. 191). Em 1977, quando o estado de Mato Grosso foi dividido e Campo Grande elevada a capital do novo estado do Mato Grosso do Sul, o prefeito em exercício “[...] declarava que a cidade estava bem assistida de escolas: eram cerca de 20 mil alunos e 800 professores vinculados ao poder municipal” (BITTAR; FERREIRA, 1999, p. 191).

Assim, uma das características da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – Reme – é a oferta do ensino fundamental, adiantando-se em relação à política de municipalização do ensino implantada nos anos de 1990 em nosso país.

<sup>4</sup> Anuário de Campo Grande, maio de 1930, p. 72-73, 80. Folha da Serra. Revista mensal ilustrada. Campo Grande, 26 de agosto de 1936, p. s.n. Revista Mensal Éco. Ano I, n. 2-3, maio de 1939, Campo Grande, p. 6.



Em 1985, com o desmembramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Secretaria Municipal de Educação<sup>5</sup> passou a ser denominada Semed, e novos serviços e competências foram atribuídos aos seus diversos setores. Dentre eles, a criação da Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE), que tinha como uma de suas atribuições:

[...] f) propor, em articulação com a Coordenadoria de Programas Educacionais e Departamento de Ensino, projetos visando à implantação de classes de recursos na Rede Municipal de Ensino; r) implantar, em articulação com a Divisão de Supervisão Pedagógica, classes de recursos<sup>6</sup>, para atender principalmente os educandos classificados com dificuldade no acompanhamento do ensino regular [...]. (Art. 25, Decreto n. 5.192, de 4/6/1985)

Anos depois, a criação da CAE culminou na implantação das atividades da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande.

## A educação especial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande: fontes de uma história

Foi no final da década de 1970 que a educação especial se iniciou na trajetória da Reme, na forma de atendimento itinerante às escolas municipais, como parte integrante do Serviço de Apoio ao Estudante, transformado em Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE), em 1985, decorrente da necessidade de intervenção da Semed frente às dificuldades de aprendizagem encontradas e do grande número de evasão e repetência, na primeira série, em algumas escolas municipais.

[...] então quando tinha as crianças com dificuldades, elas<sup>7</sup> abriam salas para atender as crianças com essas dificuldades, principalmente a mental, porque naquele tempo só se preocupavam com isso, o deficiente mental; então tinha em 4 ou 3 escolas salas para os deficientes mentais que não eram da Apae propriamente dita, porque até então era só Apae, aí que eu não me lembro como que começou a chamar isso, não era Cramps, não sei se era Ceadem<sup>8</sup> [...] Aí, elas<sup>9</sup> foram e falaram assim pra mim: Não mexe com educação especial, porque educação...mas isso convenceu [...] explicou, pa, pa, pa, [...] as meninas eram ótimas sabe, já tinham andado também por São Paulo, por Rio tudo pesquisando [...] é porque a educação especial

5 Decreto n. 5.192, de 4 de junho de 1985. Aprova o regimento da Secretaria Municipal de Educação.

6 Denominação utilizada na época para os serviços educacionais criados para estudantes com "dificuldade de aprendizagem", de três escolas da Reme, que apresentavam maior incidência de evasão escolar e repetência.

7 A rede estadual de ensino.

8 Órgãos que desenvolviam, à época, atendimento a estudantes com deficiência.

9 Técnicas da educação especial da Secretaria de Estado de Educação.

envolve altíssimo investimento, o município não tem condições disso. Se o município for trabalhar com isso, vai tá é [...] fazendo os dois [...] as duas unidades vão tá fazendo a mesma coisa. Então vocês [...] é [...] trabalham com sala de recurso e nós continuamos com a educação especial. Aí disso que deu origem depois em 85, a essa lei<sup>10</sup> que você tem aí [...] classe de recursos, aí passou a se chamar CAE, porque o CAE já existia como Divisão de Apoio ao Estudante. (Depoimento de técnica da Semed, em 22/6/2004)

Em 1988, ocorreu na Semed, a implantação de uma Equipe Multiprofissional, composta por assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, professora especializada em deficiência visual e orientador educacional, para atendimento da rede municipal. Os estudantes com suspeita de deficiência eram detectados pela equipe e encaminhados para atendimento nas instituições especializadas existentes no município e nas classes especiais e salas de recursos da rede estadual. Essa equipe pertencia à então Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE), criada em 1985.

Em 1991, na Reme, há um fortalecimento da Equipe Multiprofissional da Semed, fazendo parte do quadro quinze profissionais, o que podemos constatar com a matéria intitulada *Alunos deficientes têm atendimento da prefeitura*, publicada em jornal local:

A Coordenadoria de Apoio ao Estudante da Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo há dois anos um trabalho de integração de crianças portadoras de deficiência junto às escolas da Reme. A CAE montou uma equipe multiprofissional composta por 15 técnicos, entre psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, professores especializados e um fisioterapeuta. O atendimento abrange deficientes físicos, visuais, auditivos e mentais leve [...]. (CORREIO DO ESTADO, de 6/5/1992, p. 6)

Na década de 1990, no contexto de uma economia capitalista excludente, o movimento internacional de reforma educacional configurou-se pela necessidade do estabelecimento de políticas sociais de inclusão, dentre elas a educação, sendo marcado pelo discurso da "educação pra todos", como justificativa de que dessa forma daria condições aos sistemas educacionais dos países com maior número de analfabetos e maiores *déficits* no atendimento da escolaridade obrigatória, dentre eles o Brasil, visando promover a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, para enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica mundial (CORRÊA, 2005b, p. 57). "Atualmente, o discurso da inclusão faz com que a educação especial seja o centro das discussões na educação básica, o que pode ser observado na elaboração das políticas públicas da educação no país, a partir da última década do século XX" (CORRÊA, 2005b, p. 46).

10 Aqui, a entrevistada faz referência ao Decreto n. 5.192, de 4/6/1985, que aprova o regime da Secretaria Municipal de Educação.



De acordo com Torres (2001), “Apesar de sua difusão, a educação para todos é amiúde interpretada, equivocadamente, como ‘escolaridade para todos’ e considerada equivalente à Educação Primária Universal (EPU), uma meta amplamente proclamada pela comunidade internacional” (TORRES, 2001, p. 13). Ainda segundo essa autora:

‘Educação para Todos’ equivale a ‘Educação Básica para Todos’, entendendo-se por educação básica uma educação capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (Neba) de crianças, jovens e adultos [...] definidas como aqueles conhecimentos teóricos e práticos, destrezas, valores e atitudes que [...] tornam-se indispensáveis para que as pessoas possam encarar suas necessidades básicas [...]. (2001, p. 20)

Por força do movimento da escola para todos e da “inclusão escolar” a partir dos anos de 1990, a educação especial em Campo Grande começou a ganhar espaço na gestão municipal, o que pode ser constatado na organização dos seus serviços na Rede Municipal. De acordo com a matéria publicada, em 1992, o quantitativo de estudantes com “deficiência” na Reme assim se constituía:

Há no momento 60 estudantes de 16 escolas, com deficiência mental leve sendo assistidos pela equipe da Semed [...]. No caso dos deficientes mentais, é feito um psicodiagnóstico em instituições que tratam da doença, como a Pestalozzi. Se houver necessidade, o menor freqüentará uma escola especializada, mas a maioria tem condições de freqüentar o ensino regular<sup>11</sup> [...] Atualmente, há 33 estudantes totalmente surdos encaminhados pela Semed ao Ceada<sup>12</sup> [...] Dos 54 deficientes físicos que recebem acompanhamento, há 12 praticando natação e atletismo no Ginásio Belmar Fidalgo. (CORREIO DO ESTADO, de 6/5/1992, p. 6)

No início da década de 1990, mesmo com a ampliação do número de profissionais na equipe e expressiva quantidade de estudantes com deficiência na Reme, informado na matéria acima, publicada pela Semed, são mantidos apenas os serviços de diagnóstico e orientação às escolas, não se oferecendo serviços especializados que atendessem as necessidades dos estudantes, permanecendo a dependência dos serviços oferecidos pela rede estadual e instituições especializadas, devido ao fato de outros serviços terem ido para o Centro de Reeducação do Menor – CRM, também conhecido como Centrinho da Saúde Municipal. Esse centro integrava a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Pública, implantado num Posto de Saúde que já funcionava em Campo Grande, com recursos do Ministério da Educação, destinados à saúde do escolar, a partir de então, passando a atender somente estudantes na idade escolar de 7 a 14 anos.

11 Informação fornecida pela Prof<sup>a</sup>. Edna Paulucci de Carvalho, coordenadora da CAE (1992).

12 Centro de Atendimento ao Deficiente da Áudio-Comunicação, da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, criado em 1986.

Em 1993, há mudança da Equipe Multiprofissional (Semed) para o Departamento de Ensino. Esse serviço passou a ser denominado de Núcleo de Educação Especial, com subdivisões da equipe profissional por área de deficiência, porém ainda sem oferecimento de serviços de apoio na Reme.

No organograma não existia [...] esse apoio<sup>13</sup> aí que eu não sei onde que ele ficava aqui nessa estrutura, mas não ficava no Currículo [...] porque ninguém me dizia [...] Aí com muito custo né, eu fui chamando um, chamando outro tal [...] e descobri que ele tava num tal de apoio [...] porque só existia ele (o apoio) e mais nada aí [...] assim eu chamei o rapaz lá, o C.; aí nós conseguimos. Eu falei assim [...] o que você tem de penduricalho [...] o que que está pendurado em você? Então ele falou escoteiro, horta escolar, banda [...] e educação especial. Ah! Quando eu vi aquilo ali, eu falei A. consegui sugar um organograma desse povo [...]. (Depoimento de Técnica da Secretaria de Estado de Educação em 9/9/2004, a qual assessorou a Semed em 1993)

Em 1994, ocorre alteração do nome do setor para Núcleo de Apoio ao Ensino dos Portadores de Necessidades Especiais, em adaptação à nomenclatura adotada pela Política Nacional, publicada em 1994. Nessa época, inicia-se o apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e com suspeita de deficiência – na própria escola. No entanto, quando havia a detecção da necessidade de atendimento mais específico, o estudante continuava a ser encaminhado a instituições especializadas.

O município iniciou seu atendimento efetivo, com a abertura de salas de recursos para estudantes com deficiência auditiva e deficiência mental, nos anos de 1995, 1996 e 1997. Registra-se que nas salas de recursos para deficiência mental eram atendidos estudantes considerados com “dificuldades de aprendizagem”.

Em 1997, ocorre a reestruturação do organograma da Semed, de modo que fica reconhecido o Serviço de Educação Especial e estabelece-se uma política de apoio pedagógico específico ao estudante, que tem como referência a Política Nacional de Educação Especial de 1994 – MEC/Seesp<sup>14</sup> (BRASIL, 1994). Com uma política, estabelecida em 1998, ocorre a transferência das salas de recursos em funcionamento para escolas onde havia demanda de apoio pedagógico específico.

A partir de então, passou a haver, por parte do poder público municipal, um maior investimento<sup>15</sup> na educação especial, tanto no que se refere à sua constituição,

13 A entrevistada refere-se à Coordenadoria de Apoio ao Estudante, já mencionada anteriormente neste estudo.

14 Secretaria de Educação Especial (Seesp/MEC), extinta pelo Decreto n. 7.480, de 16 de maio de 2011, da Presidência da República, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. (BRASIL, 2011a)

15 Dados apresentados por Corrêa (2005b) ilustram essa situação. Segundo a autora, no período de 1998 a 2004, a educação especial do sistema municipal de ensino de Campo Grande recebeu recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor total de R\$ 244.319,82. Em 1998, foram liberados R\$ 7.484,40 para a capacitação de professores. Em 2000, os recursos utilizados somam: R\$



bem como quanto aos investimentos aplicados na capacitação de pessoal, criação de serviços e aquisição de material pedagógico, tendo em vista a política de inclusão em curso, momento em que houve financiamento do governo federal para que os estados e os municípios se adequassem a essa política.

Durante os anos de 1999 e 2000, os serviços de apoio diversificam-se e expandem-se para outras escolas, ou seja, além das salas de recursos, passam a existir: ensino itinerante, intérprete de língua brasileira de sinais, Núcleo de Produção Braille e em Tipos Ampliados e transporte do escolar.

Destaca-se que o início do apoio do intérprete de língua de sinais nas escolas da Reme, em 1999, deu-se pelo fato dos estudantes concluintes da 4ª série do ensino fundamental no Centro de Atendimento ao Deficiente da Áudio-Comunicação – Ceada, terem interesse em estudar nas escolas municipais, nas classes de aceleração da 5ª à 8ª série. Desse modo, após acordo estabelecido em reunião realizada em 1999,<sup>16</sup> o Ceada disponibilizou alguns professores do seu quadro de funcionários para atuar na Reme como intérpretes, com o compromisso de que no ano seguinte a Prefeitura Municipal viesse a ter em seu quadro de pessoal profissionais habilitados para o oferecimento do apoio pedagógico específico, ficando o próprio Ceada incumbido de capacitá-los, o que podemos constatar no depoimento a seguir:

*Na Secretaria de Educação do Município não tinha esse trabalho. Então a sugestão foi [...] como diretora, também surda e também tinha o trabalho e acompanhamento de intérpretes nas reuniões, enfim [...] eu pensei que através do Ceada seria melhor se nós contratarmos ou convocarmos um intérprete e colocamos [...] disponibilizamos do trabalho dessa interpretação para os alunos [...] no início seriam seis alunos e que é [...] juntamente com a Escola Municipal Arlindo Lima, junto com a direção nós chegamos [...] com a equipe da Educação Especial do Município nós chegamos a verificar que também [...] as possibilidades quais eram as possibilidades no momento [...] nós firmamos um acordo que durante doze meses o Ceada ficaria responsável para convocar o intérprete para o ano de 1999. Sendo que começa... foi o início de todo o trabalho [...] terminando o acordo a Secretaria Municipal de Educação passaria contratar o seu intérprete. (Depoimento da Profª. Shirley Vilhalva, em 1º/6/2005)*

7.484,40 para a capacitação de professores, R\$ 25.218,21 para a aquisição de material didático/pedagógico, R\$ 10.320,20 para equipamento para as escolas e R\$ 23.000,00 para transporte escolar. No ano de 2002, foram destinados R\$ 10.751,40 para atividades de capacitação; já para material didático e pedagógico ficaram com R\$ 24.740,80. Em 2003, para capacitação, foram destinados R\$ 11.404,66 e R\$ 11.835,45 para a compra de equipamento para as escolas, e R\$ 1.668,15 foram destinados para material de consumo do Núcleo de Produção Braille e, ainda, R\$ 24.745,05 para a aquisição de material didático. No ano de 2004, a capacitação de professores ficou com R\$ 39.265,80 e a aquisição de equipamento para as escolas somou R\$ 46.401,30. (CORRÊA, 2005b, p. 92)

<sup>16</sup> Reunião realizada em 8/01/1999, na Semed, com a presença da diretora do Ceada Profª. Shirley Vilhalva. (CORRÊA, 2005b)

No entanto, no decorrer do ano de 1999, devido à necessidade de mais um intérprete, a Semed fez a contratação de uma profissional para atuar em sala de aula, no turno vespertino, na própria Escola Municipal Arlindo Lima.

*[...] no ano de 1999 já tinha iniciado o ano letivo e [...] nós tínhamos uma aluna surda que estava estudando no Arlindo Lima no período noturno. E que devido à idade, pouca idade, ela não poderia continuar nesse período e foi transferida para o período vespertino. Sendo uma única aluna surda à tarde numa 5ª série. E [...] devido até a... a luta, né? [...] vamos assim pelos pais pra que ela tivesse amparado o direito de ter intérprete [...] esse pai procurou a Secretaria de Educação do Município e aí a Secretaria do Município começou a procurar uma pessoa pra poder interpretar para essa aluna. E foi nessa época que nós recebemos um telefonema é [...] nos convidando pra atuar como intérprete numa 5ª série e a gente aceitou [...] fomos assim na verdade, a primeira intérprete contratada pela Prefeitura. Então, antes quem contratava era o estado e [...] pra trabalhar nas escolas do município e [...] nesse ano nós fomos contratadas e aí na verdade as próximas intérpretes foram sendo contratadas pelas escolas do município. (Depoimento da Profª. Maria Raquel Del Valle, em 1º/6/2005)*

Em 2000, a Resolução Semed n. 31, de 3 de maio de 2000 (CAMPO GRANDE, 2000) foi o primeiro documento elaborado sobre as normas e funcionamento da educação especial na Semed e nas escolas da Reme, oficializando os seguintes serviços de apoio educacional aos estudantes público-alvo da educação especial: ensino itinerante, sala de recursos, sala de enriquecimento curricular, intérprete de língua brasileira de sinais, núcleo de produção braille e em tipos ampliados, e educação profissional (Art. 10). No que se refere ao perfil profissional do intérprete da língua brasileira de sinais, desde a sua oficialização, na Reme, foi exigida formação pedagógica para atuação com estudantes surdos (Art. 2º, § 1º). À época, embora a legislação educacional já indicasse a necessidade dessa formação, na prática tal exigência não era comum, devido à escassez de intérpretes de libras com formação pedagógica.

Nesse mesmo ano, houve a implantação do Núcleo de Produção Braille e em Tipos Ampliados, nas dependências de uma escola municipal, resultado de uma experiência conjunta com a então Secretaria de Educação Especial (Seesp/MEC), em parceria com a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (Abedev). No programa do MEC, constava a implantação de um Centro de Apoio para Atendimento as Pessoas com Deficiência Visual (CAP), em cada unidade federada. Em 1999, foi implantado o CAP, como um dos serviços da educação especial da rede estadual, com funcionamento em Campo Grande. Assim, de acordo com a então Seesp, não teria possibilidade da implantação de outro serviço com a mesma estrutura. Nesse sentido, foi proposto pela presidência<sup>17</sup> da Abedev à Seesp, que se instalasse, no município de Campo Grande, em caráter experimental, apenas um dos serviços do CAP, para aten-

<sup>17</sup> Na época, sob a responsabilidade do Sr. Amilton Garai da Silva, colaborador na implantação e implementação das políticas públicas da educação especial do município de Campo Grande.



der a demanda de adaptação de material pedagógico para os estudantes deficientes visuais da Reme. Portanto, com a efetivação de uma política para esses estudantes, o serviço, que a princípio se configurou como de caráter experimental, posteriormente, tornou-se pioneiro, em nível nacional, servindo de referência para que a Seesp/MEC implantasse vários Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille (NAPPB), em outros municípios brasileiros, passando a se constituir, a partir de então, como uma das ações da política nacional da educação especial no país (CORRÊA, 2005b).

A expansão da oferta desses serviços ocorreu devido à necessidade de acompanhamento dos estudantes com deficiência, que vinham, de maneira crescente, sendo inseridos nas escolas do ensino comum da Rede Municipal de Ensino, diante do aumento de matrículas no ensino fundamental.

Entretanto, para atender a demanda dessa população, a partir de 2002, o sistema municipal firmou convênios (parcerias) com instituição especializada não-governamental, de caráter privado, sem fins lucrativos; e com instituições de ensino superior, também privadas, para a oferta de atendimentos nas áreas de educação e saúde, a um grande número de usuários do sistema municipal.

Em 2002, no bojo do movimento de “inclusão escolar” e em atendimento às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB n. 02/2001 (BRASIL, 2001, parágrafo único, art. 3º), que preconizam a criação de setor específico para atuação na educação especial nos sistemas de ensino, a educação especial é oficializada na estrutura da Secretaria, com a criação da Divisão de Políticas e Programas para Educação Especial, por meio do Decreto n. 8.510, de 9 de agosto de 2002 (CAMPO GRANDE, 2002).

Com a Resolução Semed, n. 56, de 4 de abril de 2003 (CAMPO GRANDE, 2003a), que dispôs sobre as normas e o funcionamento da Educação Especial, na Semed e nas escolas da Reme, foram previstos pelo documento, como modalidades de serviço educacional aos estudantes com necessidades educacionais especiais, a implantação gradativa de: ensino itinerante; **salas de recursos**; salas de enriquecimento curricular; intérprete de língua de sinais; Núcleo de Produção Braille em Tipos Ampliados; atendimento domiciliar; atendimento hospitalar; educação profissional (Art. 10), tendo as salas de recursos e salas de enriquecimento curricular como os espaços para a oferta dos serviços de apoio educacional (CAMPO GRANDE, 2003a, inciso II, Art. 12, grifos meus), indicando, ainda, que a aprendizagem acadêmica do seu alunado devesse ocorrer, preferencialmente, em sala de aula do ensino regular (Art. 13) (CORRÊA, 2012).

Nesse documento, pela primeira vez, as classes especiais foram estabelecidas como modalidade do atendimento da educação na Reme (CAMPO GRANDE, 2003a, Art. 16). Em 2002, foram criadas duas classes especiais com caráter de transitoriedade, para atender à demanda de duas escolas dessa rede, que tinham estudantes com maior comprometimento de natureza intelectual (deficiência mental), extintas no ano de 2005. Essa situação aponta para o fato de que os atendimentos da educação especial, no

município de Campo Grande, desde a sua implantação, privilegiaram a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial em classe comum.

Em 2003, o Decreto n. 4.067, de 15 de agosto de 2003 (CAMPO GRANDE, 2003b), criou o Centro Municipal de Educação Especial “Amilton Garai da Silva”,<sup>18</sup> quando vários atendimentos da educação especial foram organizados e oferecidos em um único espaço, pelo sistema municipal de ensino, aos estudantes com necessidades educacionais especiais da Reme.

A partir de 2004, foram implantados os serviços de sala de enriquecimento curricular e atendimento domiciliar (itinerante domiciliar), como integrantes dos atendimentos da educação especial na Reme.

## A trajetória das ações e programas desenvolvidos na política da educação especial em Campo Grande: o que revelam as fontes

Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, no **sistema municipal de ensino de Campo Grande**, os serviços da educação especial continuaram crescendo. Durante os anos de 2005 e 2006, os atendimentos foram ampliados, a rede de parcerias também cresceu e o Centro Municipal de Educação Especial passou a oferecer maior número como também houve uma ampliação nos tipos de atendimento.<sup>19</sup>

No período de 2002 a 2006, para a oferta dos serviços da educação especial na Reme, um grande número de serviços foi realizado no âmbito das instituições conveniadas (especializadas e não especializadas). Em 2006, havia 77.176 estudantes matriculados na Educação Básica de 85 escolas da Reme, entre as quais, 61 ofereceram serviços da educação especial. No mesmo ano, considerando-se todos os serviços da educação especial, tem-se registrado 3.252 atendimentos realizados aos estudantes com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino. Desse quantitativo,

<sup>18</sup> O referido Centro foi concebido para: “[...] avaliar os encaminhamentos, atender e acompanhar os estudantes indicados pela Semed, por meio do Departamento de Educação Especial, nas áreas de: deficiência auditiva, mental, visual, física, condutas típicas e altas habilidades; oferecer capacitação em serviço para todos os professores da Rede Municipal, família e comunidade; [...] acompanhar alunos que participam deste Centro nas salas regulares, de recursos e outros serviços oferecidos, atender aos pais e responsáveis dos alunos que recebem os atendimentos, implantar projetos de prevenção às deficiências [...] desenvolver programas voltados à educação profissional e inclusão no mercado competitivo de trabalho [...]”. (CAMPO GRANDE/SEMED, 2006, p. 7)

<sup>19</sup> O Centro Municipal de Educação Especial passou a oferecer atividades na brinquedoteca e ainda: Coral mãos que cantam, Capacitação para o mercado de trabalho, Psicopedagogia, Oficina de Libras, Curso para intérpretes, Capacitação de recursos humanos, informática, Programa de baixa visão, Fonoterapia, Psicologia educacional, Capoeira, Atividades físicas, Alfabetização em português para surdos, Sala de enriquecimento curricular, Alfabetização em braille e a Biblioteca braille Helen Keller. (CAMPO GRANDE/SEMED, 2006)



2.050 atendimentos foram realizados em parceiras, mediante convênio com sete instituições não governamentais, dentre elas uma instituição privada de ensino superior, que oferece atendimento na área da saúde, o que evidencia a tendência à publicização dos serviços oferecidos, quando o município buscou parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais para o atendimento aos serviços complementares de saúde e educação, indicando que o poder público não assumiu efetivamente, no sistema público, os serviços a serem prestados à população.

Em 2006, com as novas mudanças ocorridas na Semed, criou-se o Departamento de Educação Especial (DEE). No que se refere à organização dos serviços da educação especial na Reme, segundo Neres (2010), a partir de 2007, uma nova gestão assumiu as atividades do setor, na Semed, e implantou, no primeiro semestre daquele ano, alterações na organização dos serviços existentes na educação especial. Assim,

[...] com a posse do governador eleito no Estado, a diretora do DEE, na SEMED, desligou-se do setor e passou a fazer parte da gestão da Secretaria Estadual de Educação. Com isso, uma nova diretoria passou a dirigir as atividades do Departamento e passou a implantar mudanças na equipe e nos serviços [...]. (NERES, 2010, p. 74)

Desde então, foram implantados seis Núcleos Municipais de Apoio Psicopedagógico (Numap), que, segundo o relatório de atividades do Departamento de Educação Especial (DEE), do ano de 2007, consultado por Neres (2010), tinham como proposta coordenar o processo da educação especial, enquanto atendimento educacional especializado, e identificar os estudantes com deficiência matriculados nas classes comuns, oferecendo-lhes apoio psicopedagógico (CAMPO GRANDE/SEMED, 2007 apud NERES, 2010, p. 74).

A criação dos Numaps visou à descentralização do atendimento às escolas municipais, que foi distribuído em seis unidades-polo, localizadas em escolas da Reme, sendo que os referidos Núcleos Municipais foram implantados como estratégia para oferecer um “acompanhamento o mais próximo possível dos alunos e dos professores [...] para dar sustentação aos avanços da inclusão” (CAMPO GRANDE/SEMED, 2007 apud NERES, 2010, p. 74).

Ainda de acordo com a pesquisa desenvolvida por essa autora, “[...] no início foram lotados de quatro a cinco técnicos (psicólogos e pedagogos), em cada NUMAPS [...] cada unidade do NUMAPS é responsável por 16 escolas, em média, o número de técnicos era insuficiente para o devido acompanhamento dos alunos matriculados nas escolas” (NERES, (2010, p. 74). Em relação aos estudantes que receberam atendimento nas escolas e que foram reprovados, observa-se apenas um pequeno número de reprovações. Esse número é questionável, comparando-se o número de estudantes atendidos e de estudantes aprovados. Somando-se os atendimentos, não é possível obter com precisão o percentual de retenção e aprovação. Além disso, durante a coleta de dados nas escolas, ficaram evidentes as dificuldades dos professores, diante da tomada de decisão

da retenção dos estudantes acompanhados na série em que estavam matriculados, pois, segundo os professores, há orientação, por parte da equipe pedagógica da escola, de que o estudante com deficiência não pode ser retido na série que cursa (NERES, 2010).

Todavia, essa situação se faz presente desde o início da história da educação especial na Reme, visto que a equipe sempre foi reduzida para atender a demanda existente, o que evidencia a racionalização no investimento de recursos para esse fim, por parte do poder público municipal.

Em 2008, o DEE implantou as salas de recursos multifuncionais para atender aos estudantes com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), recomenda que os sistemas implantem as salas de recursos multifuncionais e inclusive há um programa de financiamento para essa implantação. O serviço é respaldado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008,<sup>20</sup> que dispõe sobre ao atendimento educacional especializado. No texto do referido decreto, as salas de recursos multifuncionais constituem “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2008).

Contudo, a organização e o funcionamento das salas multifuncionais na Reme ainda não foram regulamentados naquele ano, mas apenas em 2009. Entretanto, segundo depoimento dos técnicos das escolas da Rede, as salas foram implantadas para prestar atendimento especializado, nas várias áreas de deficiências. Para a implantação desse serviço, a Semed realizou, em 2008, um programa de formação continuada<sup>21</sup> para os professores das salas de recursos. Os professores participantes estavam apreensivos, diante da possibilidade de atuar em uma atividade que exigia conhecimento específico em várias áreas de deficiências (NERES, 2010).

Esse tipo de iniciativa busca a racionalização de recursos, visto que, em um único ambiente, vários estudantes são atendidos sob a responsabilidade de um professor.

Além desse tipo de serviço, a Semed passou a contar com os profissionais de apoio, que prestam assistência na locomoção e higiene dos estudantes com deficiência que necessitam desse tipo de serviço. Em 2008, a Semed contou com 73 profissionais de apoio, que foram efetivados por meio de concurso público específico para esse fim. São profissionais de nível médio e que estavam recebendo capacitação para tal função (CORRÊA, 2012).

Segundo depoimentos de professores e técnicos especializados, alguns professores itinerantes foram substituídos por esses profissionais. Essa medida revela, mais uma vez, a racionalização de recursos na realização do atendimento especializado. Tal

20 Revogado com a publicação do Decreto n. 7.611/2011. (BRASIL, 2011b)

21 Segundo informações verbais coletadas na Semed, desde 2007, todos os professores cumprem 40 h/a em sala de recursos, por ser essa uma solicitação da então Seesp, devido à formação continuada a distância, oferecida para a atuação do professor no atendimento educacional especializado – AEE, sendo que, a partir de 2009, na Reme, ela foi subsidiada pela assistência técnica do MEC, via ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Maiores informações, consultar Corrêa (2012).



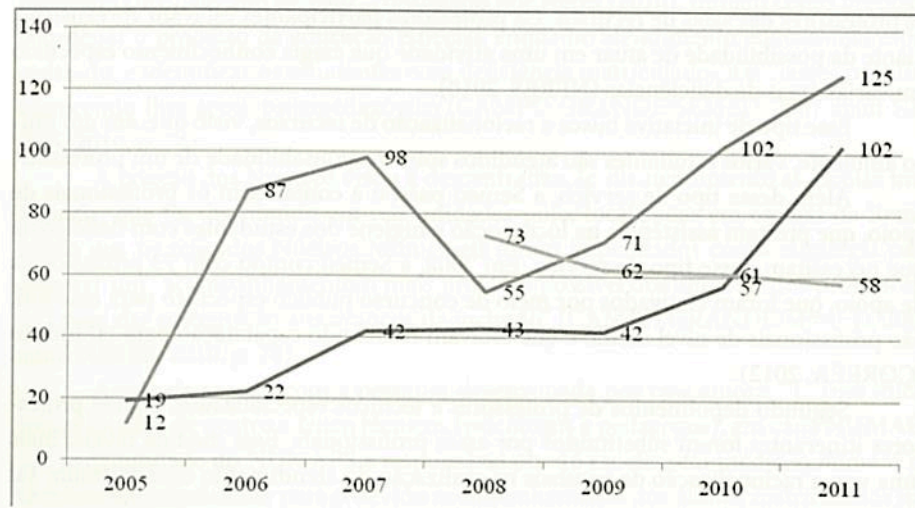
iniciativa provocou, de acordo com informações verbais coletadas na Semed, reação de pais de estudantes que eram assistidos pelo professor itinerante. Esses últimos passaram a ser denominados de professores auxiliares (NERES, 2010).

Em 2009, em consonância com as orientações do MEC, foi publicada a Resolução Semed n. 127, de 1º de junho de 2009, que regulamentou a oferta das Salas de Recursos Multifuncionais, na rede municipal, definidas em seu Art. 1º, como:

[...] um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para oferta do Atendimento Educacional Especializado, cujo trabalho é realizado por professores capacitados e/ou especializados, para complementar ou suplementar a formação dos alunos no ensino regular. (CAMPO GRANDE, 2009)

No período de 2005 a 2011, foram identificados, no ensino fundamental, os seguintes indicadores de necessidades específicas/deficiência: 4.727 estudantes com deficiência intelectual, 884 estudantes com deficiência física, 880 estudantes com deficiência auditiva/surdez, 389 estudantes com algum tipo de deficiência visual; 302 estudantes com múltipla deficiência, 89 estudantes com transtorno global do desenvolvimento, e 123 estudantes com indicadores de altas habilidades/superdotação (Gráfico 1).

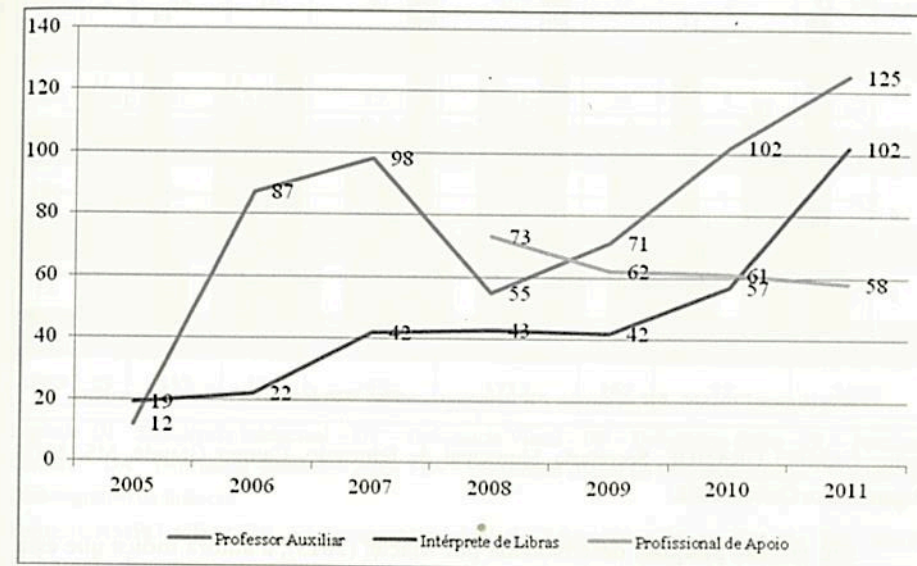
Gráfico 1 – Evolução do número de estudantes público-alvo da educação especial identificados no ensino fundamental na Reme de Campo Grande (2005-2011)



Fonte: CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. Campo Grande, MS, 2011. Organização: Corrêa, 2012.

Nesse mesmo período, o número de professores intérpretes e de auxiliares também sofreu um aumento considerável, se comparados com os dados levantados em 2005 e 2006, como mostra o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Evolução dos serviços de apoio pedagógico especializado na Reme de Campo Grande (2005-2011)



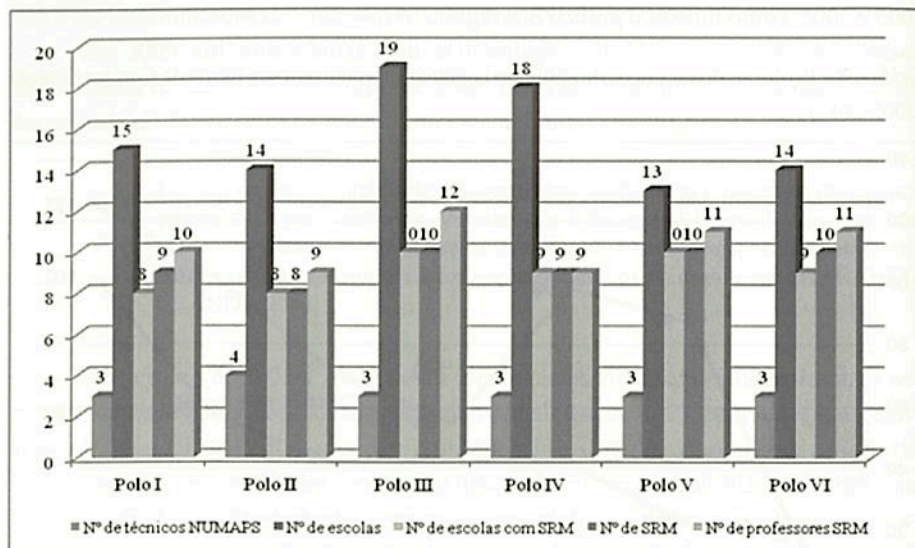
Fonte: CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. Campo Grande, MS, 2011. Organização: Corrêa, 2012.

Como já apontado neste estudo, em 2007, os Numaps foram implantados como estratégia para oferecer acompanhamento o mais próximo possível dos estudantes e dos professores e dar sustentação aos avanços da inclusão e que, quando da sua criação, o número de técnicos era insuficiente para o devido acompanhamento dos estudantes matriculados nas escolas (NERES, 2010).

Em 2011, ao que tudo indica, essa situação ainda não havia se modificado, considerando-se o quantitativo de técnicos dos Numaps (gráfico 3), haja vista que esses acompanharam o processo de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, incluindo orientação às famílias, em 93 escolas da Reme. Nelas, em atuação, todos os profissionais que dão suporte ao atendimento educacional especializado da rede municipal, entre eles, 62 professores das 56 salas de recursos. A importância de se ampliar o número de técnicos dos Numaps para esse fim fica evidente.



Gráfico 3 – Relação entre o número de técnicos dos Numaps, de salas e de professores de salas de recursos multifuncionais, na Reme de Campo Grande por polo e escola (2011)



Fonte: CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. Campo Grande, MS, 2011. Organização: Corrêa, 2012.

Em recente pesquisa desenvolvida por Maciel (2015), a autora indica que essa situação se modificou, o atendimento do Numaps ampliou-se, por meio da contratação de novos técnicos que prestam serviço itinerante de apoio técnico às escolas. Tal iniciativa revela a necessidade de atendimento aos estudantes com deficiência, considerando-se o crescente número de estudantes identificados como público da educação especial no município.

Em 2011, de 82.592 matrículas no ensino fundamental na Reme, foram identificados 1557 estudantes (gráfico 1), e em 2015, de 86.364 matrículas<sup>22</sup> nessa mesma etapa, foram identificados 2020 estudantes, ou seja, um crescimento de 30% do público-alvo da educação especial. Já em relação aos técnicos, o número passou de 19 técnicos, em 2011 (gráfico 3), para 27 técnicos, em 2015, isso significa uma ampliação de cerca de 40%, isto é, 10% superior ao crescimento do número de estudantes atendidos pelos técnicos dos Numaps, no mesmo período.

O quadro 1, a seguir, registra o número de estudantes que foram identificados como público-alvo da educação especial no ensino fundamental na Reme de Campo Grande, em 2015:

<sup>22</sup> Fonte: MEC/Inep/Educacenso. Superintendência de Gestão Estratégica. Coordenadoria de Informações Gerenciais. Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (2015).

Quadro 1 – Número de estudantes público-alvo da educação especial, identificados no ensino fundamental na Reme de Campo Grande (2015)

DI	DV	DF+PC	DA+ Surdo	Deficiência Múltipla	Estudantes com deficiência	TGD/ TEA	Altas Habilidades	Total de estudantes
202	2	48	10	50	302	21	4	325
122	2	42	18	30	204	29	3	234
123	7	37	18	17	192	26	5	221
195	9	64	21	39	318	24	3	343
186	11	36	15	52	290	30	1	319
194	10	67	12	76	349	18	1	368
12	4	29	9	1	55	14	-	67
29	4	12	19	-	-	3	-	66
<b>1063</b>	<b>49</b>	<b>332</b>	<b>122</b>	<b>265</b>	<b>1712</b>	<b>167</b>	<b>17</b>	<b>2020</b>

Legenda: DI – Deficiência Intelectual - DV – Deficiência Visual - DF – Deficiência Física - PC – Paralisia Cerebral - DA – Deficiência Auditiva - TGD/ TEA – Transtorno Global do Desenvolvimento - Transtorno Desintegrativo da Infância

Fonte: CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. Campo Grande, MS, 2015. Elaboração das autoras.

Com vistas a organizar o serviço para atender a demanda crescente de estudantes público-alvo da educação especial, a Semed publica em 2014, a Resolução n. 154, de 21 de fevereiro de 2014. No seu Art. 3º, o documento define que o acompanhamento dos estudantes público-alvo da educação especial será realizado pela Divisão de Educação Especial, Superintendência de Gestão de Políticas Educacionais e Secretaria Municipal de Educação: DEE\Sugepe/Semed, por meio dos núcleos de apoio pedagógicos específicos, a saber: Núcleo Municipal de Apoio Psicopedagógico – Numaps, Núcleo de Acessibilidade, Núcleo de Apoio Pedagógico ao Aluno com Surdez – Naps, Núcleo de Apoio aos Alunos com Deficiência Visual (NAPDV), Núcleo de Apoio aos Centros de Educação Infantil – Ceinfs (NAPC).

Em relação aos profissionais que atuam na escola comum, a Semed passou, a partir de 2014, a definir: o Auxiliar Pedagógico Especializado (APE), o Coordenador de Mediação Pedagógico do AEE e os Assistentes de Inclusão Escolar. Esses são profissionais da educação que atuam na sala comum, de forma a subsidiar a inclusão escolar dos estudantes. Esses profissionais passam por processo seletivo realizado internamente pela DEE/Sugepe/Semed (MACIEL, 2015).

O Auxiliar Pedagógico Especializado (APE) atua em sala comum e atende aos estudantes com deficiência física/neuromotora severa, associada ou não a outra defi-



ciência, com transtorno global do desenvolvimento. Já o Coordenador de Mediação Pedagógico do AEE é um profissional da educação e presta Atendimento Educacional Especializado na sala de recursos multifuncionais. Outro profissional que compõe o quadro de pessoal envolvido no atendimento ao estudante com deficiência no ensino comum, é o Assistente de inclusão escolar, que tem a função de realizar atividades auxiliares, de forma a atender a necessidades básicas, tais como alimentação e higiene (MACIEL, 2015).

A crescente demanda de atendimento educacional especializado, considerando-se a proposta de inclusão escolar na educação infantil e no ensino fundamental, tem induzido os sistemas municipais de educação a criar serviços e ampliar o número de profissionais para a educação especial, de forma a acompanhar crianças e jovens, público-alvo da educação especial, na escola comum. Muitos desses profissionais são contratados para responder às exigências de famílias que têm buscado, por meio de mecanismo jurídico, assegurar que seus filhos tenham o atendimento necessário e que está previsto em lei.

O quadro que se apresenta até aqui revela a necessidade de se desenvolverem pesquisas que possam investigar o processo de escolarização e sua materialidade na educação infantil e no ensino fundamental, de forma a subsidiar a avaliação e a implementação de políticas públicas que possam garantir a qualidade do atendimento educacional às crianças e jovens público-alvo da educação especial, nos municípios brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de dados levantados neste estudo revela que a educação especial no município de Campo Grande esteve muito presente na história da educação brasileira das últimas três décadas. O conhecimento construído no seu percurso possibilitou compreender a trajetória da educação especial neste município, desde a abertura das primeiras salas de recursos, em 1995, até os dias atuais.

Fica evidenciado, também, que sua organização aponta para a tentativa da gestão municipal de adequar-se, nessas três décadas, às políticas educacionais em curso, sobretudo as atuais, fundamentadas no paradigma da “inclusão”, diante das constantes mudanças na reestruturação dos serviços oferecidos.

Embora haja um esforço do poder público municipal, em ampliar os atendimentos oferecidos à população público-alvo da educação especial na Reme, cabe indagar se essas mudanças têm-se traduzido em melhores condições de acesso, permanência e sucesso para a educação dessa população, considerando-se que, na trajetória da

educação especial na Reme, a racionalização de recursos fica evidenciada na dinâmica dos serviços oferecidos a essa população.

Diante do exposto, um caminho que se aponta é o da pesquisa, para que se desenvolvam investigações no sentido de avaliar continuamente os serviços e as ações desenvolvidas na educação especial, na perspectiva da inclusão escolar, de forma a contribuir de maneira efetiva para a educação dos estudantes, sobretudo daqueles com deficiência, na educação básica, em âmbito municipal.

Reiteramos que conhecer, descrever e analisar, a trajetória da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande só foi possível devido ao acesso, enquanto pesquisadoras, a documentos, a depoimentos de pessoas que atuaram em cargos que favoreceram as decisões tomadas na construção da história da educação especial em Campo Grande, fontes que se traduziram em registros de memória dessa história, bem como a outras fontes de informação disponibilizadas.

Isso demonstra que é de fundamental importância o fomento e a disseminação permanentes do desenvolvimento de estudos que se utilizam desses tipos de fontes, como metodologia de pesquisa, com vistas à ampliação do acervo sobre o registro da história da educação brasileira e, nesse contexto, o da educação especial.

## REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO DE CAMPO GRANDE, maio de 1930, p. 72-73, 80.
- FOLHA DA SERRA. Revista mensal ilustrada. Campo Grande, 26 de agosto de 1936, p. s.n.
- REVISTA MENSAL ÉCO. Ano I, n. 2-3, maio de 1939, Campo Grande, p. 6.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA, Júnior, Amarílio. De freguesia a capital: 100 anos da educação em Campo Grande. In: CUNHA, Francisco. (Org.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 169-195.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. (Livro 1).



BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, n. 181, p. 26, sessão 1, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7.480, de 1 de maio de 2011**, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2011b.

CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal. **Decreto n. 5.192, de 4 de junho de 1985**. Aprova o regimento da Secretaria Municipal de Educação. Campo Grande: Semed, 1985.

CAMPO GRANDE. **Decreto n. 8.510, de 9 de agosto de 2002**. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e dá outras providências. Campo Grande: Semed, 2002.

CAMPO GRANDE. **Decreto n. 4.067, de 15 de agosto de 2003**. Dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Especial e dá outras providências. Campo Grande: Semed, 2003b.

CAMPO GRANDE. **Relatório Semed/DEE – 2002 a 2006**. Campo Grande: Semed, 2006.

CAMPO GRANDE. **Relatório Semed/DEE – 2007**. Campo Grande: Semed, 2007.

CAMPO GRANDE. **Relatório Semed/DEE – 2008**. Campo Grande: Semed, 2008.

CAMPO GRANDE. **Resolução Semed n. 56, de 4 de abril de 2003**. Dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Campo Grande: Semed, 2003a.

CAMPO GRANDE. **Resolução Semed n. 127, de 01 de junho de 2009**. Dispõe sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Campo Grande: Semed, 2009.

CAMPO GRANDE. **Resolução Semed n. 31, de 3 de maio de 2000**. Dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, nas escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Campo Grande: Semed, 2000.

CAMPO GRANDE. **Resolução Semed n. 154, de 21 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a educação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todas as etapas e modalidades da educação básica da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS. Campo Grande: Semed, 2014.

CORRÊA, Nesdete Mesquita. **A construção do processo de municipalização da educação especial em Campo Grande no período de 1996 a 2004**. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande: Semed, 2005b.

CORRÊA, Nesdete Mesquita. Análises das concepções de deficiência mental e sujeito: relação entre psicologia e legislação. *In*: CUNHA, Sônia da Cunha; MORETTINI, Marly Teixeira. (Orgs.). **A psicologia e os desafios da prática educativa**. Campo Grande: UFMS, 2005a. (v. 1). p. 325-340.

CORRÊA, Nesdete Mesquita. **O conceito de deficiência mental e a concepção de sujeito: legislação do ensino especial de Mato Grosso do Sul no período de 1980 a 1997**. 2000. 65 f. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande, 2000.

CORRÊA, Nesdete Mesquita. **Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande – MS: análise dos indicadores**. 2012. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS Campo Grande, 2012.

CORRÊA, Nesdete Mesquita; NERES, Celi Corrêa. A educação especial no movimento de inclusão escolar: um enfoque no âmbito municipal. *In*: FERRO, Olga Maria dos Reis; SILVA, Ana Lúcia Gomes. (Orgs.). **Educação em perspectiva: história, trabalho docente e ensino aprendizagem**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010. (v. 1). p. 57-85.

CORRÊA, Nesdete Mesquita; PACCINI, Jassonia Lima Vasconcelos. Planejamento da política para a educação especial nos Planos de Ações Articuladas (PAR) de municípios sul-mato-grossenses. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: o Estado e as políticas educacionais no tempo presente, 7., 2013, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, MG: UFU, 2013. (v. único). p. 1-15.

CORREIO DO ESTADO. Alunos deficientes têm atendimento da prefeitura. Campo Grande, 6 de maio de 1992, p. 6.



ENCISO, Oliva. **Mato Grosso do Sul - minha terra**. 2. ed. ver ampl. Campo Grande: SENAI, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACIEL, Aline Mara Alves. **O trabalho didático da escola de tempo integral na escolarização do aluno com deficiência intelectual**. 2015. 122. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS Campo Grande, 2015.

MACIEL, Aline Mara Alves; NERES, Celi Corrêa. Aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual na escola de tempo integral: breve incursão epistemológica. *In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE MS, Profissionalização e Prática Docente: políticas de formação, regulação, inovação e diversidade*, 1., 2013, Campo Grande. **Anais do V Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores**. Campo Grande: Editora da UCDB, 2013. p. 135-140.

NERES, Celi Corrêa. Políticas de Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais em Mato Grosso do Sul. **Revista Intermeio**, Campo Grande, v. 5/7, n. 9, p. 72-88, 2001.

NERES Celi Corrêa. **As instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar:**

intenções e práticas. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010.

NERES, Celi Corrêa. A instituição especializada em Mato Grosso do Sul no contexto da educação inclusiva. *In: FERRO, Olga Maria dos Reis. (Org.). Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006)*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. (v. 1). p. 131-159.

NERES, Celi Corrêa; SCHARTH, Mônica. Formação inicial de professores para a inclusão escolar: a atuação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. *In: CAPPELLINI, Vera Lúcia Messias Filho et al. (Orgs.). Formação de professores: compromissos e desafios da educação pública*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (v. 1). p. 621-628.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares de; CORRÊA, Nesdete Mesquita; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Construção da educação inclusiva: a situação de Campo Grande, 2004. *In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED*, 27., 2004, Caxambu, MG.

**Anais...** Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise de sua implantação em municípios das diferentes regiões. *Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade?* Caxambu, MG: ANPED, 2004. (v. 1). p. 1-146.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista Histedbr on-line**. Campinas, SP, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

SILVA, Karina de Lima; CORRÊA, Nesdete Mesquita. Revelando a memória da educação especial em Aquidauana: marcos indicadores de uma trajetória. *In: NETO, Antônio Firmino de Oliveira; BECK, Marta Costa. (Orgs.). Cotidiano: cidade, educação e cidadania*. Campo Grande: Editora UFMS, 2011. (v. único). p. 171-198.

SOUZA, Maria Amélia Alves Mendes de; NERES, Celi Corrêa. Inclusão e trajetórias escolares de alunos com deficiência intelectual na fala dos sujeitos: o que revelam as pesquisas. *In: PAES, Ademilson Batista; DEFFACCI, Fabrício Antonio; SOUZA, José Antonio. (Orgs.). Educação, linguagem e sociedade – temas e abordagens*. São Carlos: Pedro & João, 2014. p. 159-174.

TORRES, Rosa M. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.